



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 88, de 2021, da Presidência da República (nº 656, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.*

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do



SF/22386.46110-76

Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Jandyr Ferreira dos Santos e Maria Elmary Marchesini Moss Ferreira dos Santos, nascido em 15 de março de 1975, em Coimbra, Portugal. É brasileiro nato, de acordo com o artigo 145, inciso I, alínea c, da Emenda Constitucional de 1969.

Em 1999, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (2000); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2007); e de Altos Estudos (2011), ocasião em que defendeu a tese “O Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-EUA e o Regime Multilateral de Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear: desafios e oportunidades para a atuação diplomática brasileira”.

Iniciou sua carreira, no ano de 2000, como Terceiro-Secretário. Em 2005, tornou-se Segundo-Secretário; em 2008, chegou a Primeiro-Secretário; em 2010, a Conselheiro; e em 2018, a Ministro de Segunda Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2002 a 2006); na Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República, como Diretor de Relações Públicas no Exterior, de 2012 a 2014; na Divisão da Sociedade da Informação, como Chefe, entre 2014 e 2016; na Divisão de Operações de Promoção Comercial, como Chefe, de 2016 a 2018.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à ONU, como segundo e primeiro-secretário, entre 2006 e 2009; na Embaixada em Nova Delhi, como primeiro-secretário, de 2009 a 2010; na Embaixada em Maputo, como primeiro-secretário e conselheiro, de 2010 a 2012; na Embaixada em Beirute, como ministro-conselheiro e encarregado de negócios, entre 2018 até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática Federal da Etiópia, a República do Djibouti e a República do Sudão do Sul.



Etiópia

A República Federal Democrática da Etiópia está situada na África Oriental, na sub-região do Chifre da África. É o país de maior peso nessa área, próxima do Oriente Médio e banhada pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Áden, por onde passam movimentadas rotas marítimas ligando o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, por meio do Canal de Suez.

Adis Abeba é conhecida como a “capital diplomática” do continente, devido ao histórico de sua diplomacia, ao fato de ser sede da UA e à promoção de estabilidade securitária em seu entorno regional.

Para o Brasil, essas credenciais vêm tornando a Etiópia parceiro de crescente relevância no continente africano. A Etiópia, por sua vez, identifica o Brasil como importante parceiro, entre os países emergentes.

Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. Em 1961, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba, mas o primeiro embaixador foi designado apenas em 1967. Em 1970, contudo, a embaixada foi desativada, e a representação brasileira junto ao país voltou a ter caráter cumulativo. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi reaberta em 2005. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul. Em outubro de 2021, a Embaixada da Etiópia em Brasília foi fechada temporariamente, no âmbito de ampla reestruturação empreendida pela Chancelaria etíope, que resultou no fechamento de 31 das 61 missões diplomáticas que aquele país mantinha no exterior.

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Após atingir o pico histórico de US\$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US\$ 13,7 milhões. Em 2017, houve incremento de 123% na corrente de comércio, que somou US\$ 31 milhões. A partir de 2018, o comércio bilateral tem oscilado. Em 2018, a corrente de comércio totalizou US\$ 26 milhões, recuo de 15,5% em relação ao ano anterior. Em 2019, o intercâmbio totalizou apenas US\$ 8 milhões, queda de quase 70% em relação a 2018. Em 2020, o comércio bilateral voltou a aumentar, somando US\$ 12 milhões, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Naquele ano, o saldo comercial em favor do Brasil foi de US\$ 11 milhões.



Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir naquele país.

Como o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Etiópia ainda não está em vigor, as iniciativas de cooperação são desenvolvidas ao abrigo de ato firmado com a União Africana em 2007, ou de acordos bilaterais sobre cooperação em temas específicos. A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país a secas e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar de sua população. Ademais, a Etiópia manifesta interesse pela cooperação técnica brasileira nas seguintes áreas: segurança alimentar, energia e saneamento básico.

Djibouti

Localizado na África Oriental, o Djibuti faz fronteira com a Eritreia e Somália. Um dos menores países do continente africano em termos populacionais (cerca de 988 mil habitantes), o Djibuti tem localização estratégica como ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país está separado do Iêmen por apenas 30 km, pelo Estreito de Babelmândebe (“Bab el-Mandab”, ou “Portal das Lágrimas”), ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e o Oriente Médio ao continente europeu, via Mar Vermelho e Canal de Suez. Estima-se que cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional passe por esse estreito, rota especialmente relevante para o trânsito de hidrocarbonetos.

O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de estabilização na Somália. Em decorrência de sua localização estratégica e estabilidade política, o Djibuti abriga bases militares de diversos países, como China, Espanha, EUA, França (que também abriga contingentes da Alemanha e Espanha), Itália e Japão. A Arábia Saudita também negocia a criação de uma base militar no



Djibuti. Essas características tornam o país um ator de relevo no Chifre da África, região marcada pela volatilidade.

As principais fontes de divisas para a economia do Djibuti, país de escassos recursos naturais e reduzidas terras agricultáveis, provêm de serviços portuários e logísticos e do arrendamento de bases militares estrangeiras. Os quatro portos do país – Djibuti, Tadjura, Gubet e Doraleh – servem de apoio às rotas comerciais internacionais que transitam pelo Estreito de Babelmândebe e constituem porta de entrada ou saída para o comércio de países do Chifre da África e dos Grandes Lagos que não têm litoral, sobretudo para a Etiópia, país que vem apresentando uma das maiores taxas de crescimento econômico no mundo.

O desenvolvimento da atividade portuária tem canalizado ao Djibuti significativos investimentos externos, sobretudo da China, na área de infraestrutura, incluindo o setor ferroviário, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (média de cerca de 7%, entre 2015 e 2019).

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

O comércio bitateral é dominado pelas exportações brasileiras, que, historicamente, têm composto quase a totalidade da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de aves e açúcar. Do Djibuti, por sua vez, o Brasil importa, essencialmente, peixes vivos ornamentais em quantidade muito pequena.

O ápice do intercâmbio bilateral foi registrado em 2016, quando o comércio entre o Brasil e o Djibuti somou USD 89,6 milhões. Desde então, o fluxo de comércio vem decrescendo. Em 2019 somou USD 6,66 milhões, o menor resultado desde 2009. Em 2020, registrou-se incremento de 164% do intercâmbio bilateral, que totalizou USD 17,8 milhões.

Sudão do Sul

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência de longo conflito que opôs o norte, majoritariamente árabe e muçulmano e onde se concentrava o poder político e econômico, e o sul, predominantemente



cristão ou animista, do antigo Sudão. Esse conflito durou mais de 50 anos. Estima-se que tenha custado a vida de cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história do país esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados.

A economia do Sudão do Sul está baseada na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo, retomada em 2019, e a agricultura familiar.

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011, dia da independência do país. Desde 2013, a Embaixada em Adis Abeba representa cumulativamente os interesses do Brasil junto ao governo sul-sudanês.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a Embaixada do Brasil em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005 entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que viabilizou a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observação às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

Em função, sobretudo, de limitações impostas pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento



até o momento devido ao cenário de conflito civil registrado no Sudão do Sul.

Autoridades sul-sudanesas mencionaram as áreas de agricultura e pecuária como prioritárias para eventual desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país nesse campo.

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de carne de aves. Em 2020, o intercâmbio comercial totalizou US\$ 4,13 milhões, sendo composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Embora o comércio seja ainda reduzido, eventual estabilização do país no futuro poderá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês. Há potencial de ampliação de negócios nos setores de transportes e infraestrutura.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

